



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

11 de março 2015



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 11/03/2015

Assunto: Negociações

Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO: VENCEU O BOM SENSO

Os professores da rede estadual de ensino saíram duplamente fortalecidos e vencedores da assembleia geral realizada no Centrosul, em Florianópolis. Primeiro: decidiram não iniciar greve a partir de hoje e marcaram a paralisação para o dia 24 de março, dando um novo prazo ao governo para negociar uma solução. Segundo: saíram unidos e com as mesmas bandeiras, embora as lideranças sejam constituídas de várias ideologias no segmento de esquerda.

Uma decisão que demonstrou

também competência e articulação política. Competência porque os professores passam a conquistar mais apoio dos pais e das comunidades em torno de suas causas, quando decidem não radicalizar o processo; articulação, porque se fosse decretada a partir de hoje a greve, corria-se o risco de rachar e de se esvaziar, comprometendo o movimento. Agora, os professores vão formar comandos locais, realizar assembleias regionais até 18 de março e virão com mais força e legitimidade para a assembleia estadual do dia 24.

O governo revelou sensibilidade

quando concordou em suspender a votação da medida provisória dos ACTs. É possível que tenha admitido a proposta da base aliada para evitar o confronto, desgaste dos deputados governistas e até risco de derrota. Mas praticou o gesto de boa vontade. Se deixar correr o prazo até a extinção da MP, dará outro sinal forte. Afinal, todo o magistério tomou posição inarredável pela rejeição da medida provisória.

O governador poderá reeditar a MP em novas bases, após ampla negociação com o Sinte. Assim, facilitaria entendimentos sobre pontos do Plano de Carreira.



GRACIELA FELI, SINTe SC



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 11/03/2015
Assunto: ACTs		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

É CONTRA

O deputado Fernando Coruja, do PMDB, é contra a admissibilidade da Medida Provisória dos ACTs. Fez um pronunciamento da tribuna para criticar com veemência o instituto das medidas provisórias que vem sendo usadas e abusadas pela presidência e governadores. E sobre a MP dos ACTs disse que é contra porque não tem a urgência exigida na Constituição.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: 14

DIÁRIO CATARINENSE

PROFESSORES ADIAM A PARALISAÇÃO

GABRIEL ROSA E VÍCTOR PEREIRA

reportagem@diario.com.br

Em uma assembleia tumultuada e com mais de três horas de duração no Centro de Florianópolis, os professores da rede pública estadual catarinense decidiram ontem à tarde não deflagrar imediatamente a greve por tempo indeterminado, como havia sido decidido na semana passada.

Durante a votação foi aprovado um calendário que mantém as aulas até o dia 24, mas com carga horária reduzida para 30 minutos cada. Assim, em algumas escolas,

alunos podem ser liberados mais cedo. Segundo o secretário de assuntos educacionais e culturais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC), Aldoir Kraemmer, o tempo extra deve ser usado pelos professores para debater o plano de carreira.

Também foi determinado que, caso a medida provisória 198 vá à leitura na Assembleia Legislativa (Alesc), o calendário será descartado e a greve, deflagrada imediatamente. Porém, o governo já sinalizou estar disposto a adiar a tramitação em um mês, discutindo a MP com representantes da categoria antes de enviá-la à votação.

A MP 198 fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário (ACTs). Ela vem sendo atacada pelos docentes porque, segundo a categoria, acaba com a gratificação por regência de classe e transforma professores ACTs em horistas. Já a Secretaria de Educação discorda e afirma que a gratificação deve ser incorporada ao salário, e que os professores continuarão recebendo por hora-atividade ao preparar materiais fora da escola.

O principal argumento apontado para não paralisar as atividades já nesta quarta-feira foi a falta de mobilização dos núcleos

regionais do Sinte-SC, que em sua maioria não se consideraram aptos a parar as atividades.

Por outro lado, quem votou na paralisação imediata argumenta que as negociações com o governo não avançaram e que muitos ACTs não poderão participar da assembleia em Florianópolis no dia 24. Segundo afirmaram, as faltas injustificadas de ACTs seriam motivo para demissão.

Enquanto a assembleia ainda era realizada, a Secretaria de Educação promoveu uma coletiva de imprensa na qual o secretário Eduardo Deschamps comemorou o "bom senso" da categoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 11/03/2015
Assunto: Concursos		Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

PROFESSORES

Gostaria de perguntar ao sindicato dos professores (Sinte) e ao governo do Estado por que não fazer concurso público para efetivar definitivamente todos os professores ACTs, pois, se há necessidade de professores em sala de aula qual o problema de fazer concursos públicos, honestos, e dignos para a classe. A classe deveria ser a mais bem remunerada e merecer mais consideração dos nossos governantes, pois são os responsáveis pelo futuro do país.

VILSON DA SILVEIRA

Florianópolis



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veiculo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 11/03/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia

Magistério

Decisão da assembleia dos professores estaduais, que estabeleceu "greve" com aulas de 30 minutos, em vez de uma paralisação total antes de 23 deste mês, foi inteligente. Permitirá a continuidade das conversas com o governo e dará mais prazo para as tratativas evoluírem, quem sabe para quebrar o paradigma de que, durante as reuniões, apenas o secretário Eduardo Deschamps faz concessões, e o Sinte nunca recua.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Opinião

Data: 11/03/2015

Assunto: Negociações

Página: 06

Notícias do Dia

PREJUÍZO NÃO CALCULADO

Os professores da rede pública estadual decidiram não entrar em greve imediatamente. A assembleia geral realizada ontem encaminhou outra forma de protesto, até uma nova reunião para avaliar avanços na discussão do plano de carreira e da Medida Provisória 198. A pressão sobre o governo do Estado será por meio da redução das horas de aula, de 45 para 30 minutos. Como ficam os estudantes e seus pais nesta queda de braço? Esta não é uma questão menor.

O prejuízo para milhares de crianças

e adolescentes já é real. Para a realização das assembleias dos professores, as aulas são suspensas. É vergonhoso. Existem soluções como: realizar os encontros em turnos, aos sábados, aos domingos. O ano letivo mal começou e temos um passivo que será agravado com a perda do conteúdo integral das matérias. Este prejuízo não conta nas discussões e não será coberto por ninguém.

Um dos argumentos para não deflagrar a greve imediata é a falta de mobilização

dos núcleos regionais. Bem, parece claro então que a maioria não está disposta ao sacrifício que uma paralisação impõe. E se for assim, os dirigentes estão forçando uma situação que não tem apoio na base.

As lideranças dos professores e o governo, com a participação também do Legislativo, devem encontrar uma solução rapidamente, para evitar maiores perdas. Empurrar a definição por longo tempo trará desgaste e insegurança, além do atraso na educação da população.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 11/03/2015

Assunto: Negociações

Página: 08

Notícias do Dia

EM GREVE, 30 MINUTOS DE AULA

RAFAEL THOMÉ

rafael.thome@noticiasdodia.com.br

 @ND_Online

Os professores da rede pública estadual em Santa Catarina deflagraram greve de calendário, após deliberação em assembleia geral, ontem, no CentroSul. Na prática, as aulas estão mantidas, mas o tempo de cada disciplina lecionada será reduzido de 45 para 30 minutos. A medida fica em vigor até o dia 24 de março, quando uma nova assembleia estadual foi agendada. A principal reclamação é quanto às mudanças no plano de carreira, propostas pelo governador Raimundo Colombo por meio da MP (Medida Provisória) 198.

Mais de 4.000 docentes de todo o Estado participaram da deliberação, entre elas Cintia Santos, 37, diretora regional do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) em Criciúma e autora da proposta aclamada pela categoria. “Essa decisão é uma maneira de mostrar para o Estado que não estamos em uma situação normal, mas também de mostrarmos que estamos garantindo um mínimo

de aulas para os estudantes”, afirmou a professora.

Com a redução do tempo de permanência do estudante na escola, que antes era de 4h15 (cinco aulas de 45 minutos mais 30 minutos de intervalo) e agora será de três horas, a categoria busca uma maneira de não prejudicar os pais. “As escolas que têm ensino médio têm autonomia para dispensar os alunos. Nas outras, haverá conversa com os pais para explicar a situação e os professores continuarão responsáveis pelos alunos”, explicou Cintia.

Enquanto os professores realizavam a assembleia, o secretário de Educação do Estado, Eduardo Deschamps, concedeu uma entrevista coletiva no Centro Administrativo. Assim que recebeu a notícia de que não haveria paralisação das aulas, Deschamps comemorou. “Uma boa notícia, vamos continuar o processo de negociação”, garantiu. A avaliação sobre os pedidos sindicais é de que haverá aumento anual de R\$ 1,5 bilhão na folha. “Essa semana finalizaremos o cálculo e marcaremos uma nova reunião”, completou o secretário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

MARCO SANTIAGO/ND



“Vamos continuar o processo de negociação. Entendemos que ainda há ajustes a serem feitos e estamos testando algumas sugestões.”

Eduardo Deschamps, secretário da Educação

Debate. Durante cinco horas, cerca de 4.000 educadores se reuniram, ontem, em Florianópolis.

Após divisão entre participantes, meio-termo agrada categoria

A assembleia foi tensa e teve uma divisão clara entre os presentes. Mesmo que todos discordassem da proposta do governo, parte dos docentes pedia uma greve total, enquanto outra parte preferia insistir nas negociações. A decisão final contemplou ambos, já que os que eram contrários à greve alegavam que não havia mobilização

suficiente em sua região para bancar uma paralisação completa.

“Isso é uma situação natural, que acontece também na sala de aula. Alguns caminham mais rápido, outros precisam de mais tempo para conseguir alcançar”, afirmou a diretora regional do Sinte-SC em Criciúma, Cintia Santos.

Uma das regiões que não votaram

pela greve imediata foi Brusque. De acordo com o professor Nilton Valério, os docentes da cidade acreditam que é preciso esgotar as negociações antes de ir para um embate maior. “Ninguém achou a proposta do governo maravilhosa. Parece que o governo está com boa vontade, mas a categoria está atenta”, disse Valério.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Professores aprovaram "calendário da greve" em SC

Os professores da rede estadual de ensino decidiram aprovar esta tarde o calendário de greve, isto é, definirão datas para a paralisação das atividades escolares. A assembleia ficou dividida entre os que desejavam greve já e os que apoiaram majoritariamente o calendário.

A assembleia acontece neste momento no Centrosul com ampla participação dos professores.

Entre outras posições os participantes rejeitaram a medida provisória dos ACTs e a proposta salarial do governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Secretário da Educação elogia "bom senso" dos professores e promete novas negociações

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, elogiou a decisão dos professores da rede estadual de ensino pela decisão de não iniciarem greve. Classificou-a de "bom senso" e garantiu prosseguimento das negociações em torno das reivindicações e "da construção da nova carreira".

Amanhã, o governo deverá ter concluído o exame do impacto financeiro da contraproposta do Sinte.

A nova assembleia foi marcada para o dia 24 de março, prazo que, segundo o secretário, é bem razoável para o sucesso das conversações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Educação: prevaleceu o bom senso

Os professores da rede estadual de ensino saíram duplamente fortalecidos e vencedores da assembleia geral realizada no Centrosul, em Florianópolis. Primeiro: decidiram não iniciar greve a partir de hoje e marcaram a paralisação para o dia 24 de março, dando um novo prazo ao governo para negociar uma solução. Segundo: saíram unidos e com as mesmas bandeiras, embora suas lideranças sejam constituídas de várias ideologias no segmento de esquerda.

Uma decisão que demonstrou também competência e articulação política. Competência porque os professores passam a conquistar mais apoio dos pais e das comunidades em torno de suas causas quando decidem não radicalizar o processo; articulação, porque se fosse decretada a partir de hoje a greve, corria o risco de rachar e de se esvaziar, comprometendo o movimento.

Agora, os professores vão formar comandos locais, realizar assembleias regionais até o dia 18 de março e virão com mais força e legitimidade para a assembleia estadual do dia 24.

O governo revelou sensibilidade quando concordou em suspender a votação da Medida Provisória dos ACTs. É possível que tenha admitido a proposta da base aliada para evitar o confronto, desgaste dos deputados governistas e até risco de derrota. Mas praticou o gesto de boa vontade. Se deixar correr o prazo até a extinção da MP, dará outro sinal forte. Afinal, todo o magistério tomou posição inarredável pela rejeição da medida provisória.

O governador poderá reeditar a MP em novas bases, após ampla negociação com o Sinte. Assim, facilitaria entendimentos sobre pontos do Plano de Carreira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 11/03/2015
Assunto: Merenda		Página: Online



SANTA CATARINA



Vistoria em escolas públicas de SC vê riscos de contaminação da merenda

Governo federal suspendeu repasse após irregularidades recorrentes. Secretário diz que questões já foram atendidas e pediu reconsideração.

Um dia depois de noticiar a suspensão do repasse federal para a merenda de escolas de Santa Catarina, por conta de uma série de irregularidades apontadas pelo Ministério da Educação, o Jornal do Almoço acompanhou vistorias em duas escolas de Florianópolis nesta terça-feira (10).

Uma auditoria feita pelo Ministério da Educação (MEC) mostrou que a verba da merenda não estava sendo usada como definem as regras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – e diversas irregularidades são antigas. Por isso, os R\$ 36 milhões que deveriam ter sido repassados ao governo estadual em março ainda não foram depositados. A fiscalização que a reportagem acompanhou nesta terça-feira, feita pelo Conselho de Alimentação Escolar, constatou, entre outros problemas, situações que favorecem o risco de contaminação.

Em uma das escolas, conforme a vistoria, vazava chorume de uma lixeira bem próxima às mesas onde os alunos fazem as refeições. Na cozinha, não há espaço próprio para manusear as verduras, o que é feito em cima do freezer. “Tudo isso afeta a qualidade das merendas. As fiscalizações já perceberam, alguns anos atrás, e essas infrações ainda continuam”, afirma Gisa Garcia, conselheira de Alimentação Escolar.

Em outra escola vistoriada, por conta de uma reforma que já dura dois anos, a cozinha funciona em um espaço que abrigava um laboratório. As caixas dos alimentos ficam empilhadas em um canto, entre o fogão e a pia.

Os ovos são guardados junto com os pães, quando deveriam estar isolados em embalagens de plástico para evitar contaminação, pois podem carregar a bactéria da salmonela.

Entenda a suspensão

Desde 2013, um relatório mostrava o descumprimento da regra que determina que pelo menos 30% dos alimentos fornecidos na merenda sejam provenientes da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

agricultura familiar catarinense. Além disso, foi apontado que os recursos do Pnae não eram usados diretamente para comprar a merenda e havia uma contratação indevida – uma terceirização – para fornecer a alimentação.

O relatório também destacou falta de clareza nas notas fiscais – era impossível saber quanto de alimento estava sendo comprado.

No relatório de 2014, esses problemas continuavam, e ainda foi constatado que algumas escolas não tinham todos os alimentos solicitados para preparar a merenda e muitos estavam com validade vencida.

O Ministério Público Federal propôs há oito meses a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) também recomendou o acordo, mas o governo estadual não assinou.

Em dezembro do ano passado, o Estado enviou um ofício pedindo que o TAC não fosse assinado. Agora, com a verba suspensa, um novo ofício foi enviado pra pedir que o depósito da verba desse mês seja feito. Dessa vez, a procuradoria do Estado justificou que já está tomando providências pra resolver todas as irregularidades.

Secretário

Em entrevista ao Jornal do Almoço, o secretário estadual de Educação, Eduardo Dechamps, afirmou que o motivo para suspensão do repasse dos recursos federais está centrada na questão da agricultura familiar: “fizemos ao longo dos anos várias chamadas públicas para que pudessemos ter agricultores familiares fornecendo alimento. Não houve candidatos”, disse.

Segundo o secretário, foram identificados e solucionados problemas de logística e de organização das cooperativas. “No ano passado, fizemos nova chamada pública e conseguimos a contratação de 18 empresas”, afirmou.

O secretário diz que foi feito um pedido de reconsideração da suspensão do repasse ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), autarquia vinculada ao MEC, e que deverá ter retorno em uma reunião nesta quarta-feira (11).

“Todos os itens colocados dentro do relatório do Fnde, no nosso entendimento, estão atendidos”, disse Dechamps.

Sobre as irregularidades mostradas na vistoria realizada nesta terça, ele afirmou que elas não aparecem no relatório do FNDE, mas que estão sendo tomadas medidas corretivas, como multas, encerramentos de contratos e novas contratações: “onde tem problemas pontuais de acondicionamento nós vamos agir para fazer a correção”. Segundo o secretário, não vai faltar merenda nas escolas estaduais: “todas estão com alimentação garantida”, garantiu.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores de SC decidem por aulas de 30 minutos a partir desta quarta

Profissionais devem debater plano de carreira e propostas nas escolas. Há uma semana, os docentes haviam votado pelo indicativo de paralisação.

Os professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina farão aulas de 30 minutos a partir desta quarta-feira (11). A decisão foi tomada em assembleia da categoria realizada na tarde desta terça em Florianópolis.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte), as aulas deverão ser de 30 minutos para que os professores possam debater na escola o estudo de plano de carreira proposto pelo governo e as propostas do Sinte.

Os professores aprovaram greve a partir do dia 24 de março. Neste dia, deve ser realizada uma nova assembleia estadual com ato na capital para avaliar as negociações e os encaminhamentos da greve.

Com relação à medida provisória que muda a forma de remuneração de professores temporários no estado, foi decidido que, se ela for à votação, a greve será imediata.

Haverá também manutenção da vigília dos trabalhadores na Assembleia Legislativa de Santa Catarina caso ela retorne à Comissão de Constituição e Justiça.

Posicionamento do governo

"Acho que foi uma decisão de bom senso, nós evitamos qualquer tipo de prejuízo aos estudantes em um processo em que o governo tem sido aberto a negociação", afirmou o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, sobre a decisão dos professores em não paralizar as atividades.

Segundo ele, o governo deve continuar o diálogo com o movimento. "Vamos continuar a negociação, vamos apresentar aos representantes do sindicato os impactos das sugestões que eles encaminharam para nós e, na sequência, já começar a apresentar algumas sugestões que nos começamos a incorporar, que vieram da pirra categoria", disse Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mobilização pela manhã

Na manhã desta terça, alguma escola estaduais não tiveram aula, devido à participação dos docentes nas assembleias. Os professores protestaram contra a medida provisória que muda a forma de remuneração de professores temporários no estado. Atualmente esta categoria passa dos 12 mil docentes, praticamente a metade dos professores na ativa, segundo o sindicato.

Na assembleia desta terça os professores decidiram continuar a vigília na Alesc para evitar que qualquer projeto relacionado à educação entrasse na pauta da Comissão de Justiça e Cidadania, sem que antes o assunto fosse discutido com o sindicato da categoria.

Indicativo de greve

Mais de 5 mil professores participaram da assembleia de 3 de março em Florianópolis, vindos de todas as áreas do estado.

Segundo a secretária da região Macro-Oeste do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte), Alvete Bedin, cerca de 99% dos docentes presentes votaram pelo indicativo de greve.

Proposta dos professores

Entre as propostas do sindicato, estão seis níveis de carreira, com diferenças salariais entre eles, jornada integral de 40 horas/aula, dois cargos para o magistério catarinense, sendo um professor e ou outro administrativo e garantia de licença remunerada para mestrado e doutorado.

Medida provisória

A medida provisória 198/2015 "fixa os salários dos profissionais contratados em regime temporário pela rede pública estadual de ensino", segundo a Alesc. Ela tem como objetivo adequar as remunerações à Lei do Piso Nacional do Magistério. "Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula", informou a assessoria de comunicação da Assembleia.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, apenas os contratados após a aprovação da MP serão atingidos pelas mudanças. Conforme a categoria, a decisão fragmenta a carreira. Além disso, eles alegam que não respeita a lei nacional.

"E discrimina os ACTs ao transformar os professores contratados em módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas em profissionais horistas", defende o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira.

"Os professores são uma única categoria. Todos têm que ter o mesmo vencimento, o mesmo tratamento, e isso só será possível se os professores temporários tiverem oportunidade de um concurso público para sua efetivação. Não dá para tratar os professores de forma diferenciada", concluiu o coordenador do Sinte durante o protesto, na manhã desta terça.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Magistério catarinense decide pelo adiamento da greve

Os servidores do magistério público estadual optaram por estabelecer um conjunto de ações para os próximos dias, em detrimento de greve geral. A decisão foi tomada durante Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), realizada nesta terça-feira (10), em Florianópolis. Cerca de três mil professores participaram do encontro, marcado por discussões acirradas em torno da possibilidade de entrar ou não em greve.

Após aproximadamente três horas de debate, a maioria dos presentes optou em seguir um calendário de mobilizações. As medidas incluem a realização de aulas com duração de apenas 30 minutos até o dia 24 deste mês, quando está prevista uma nova Assembleia Geral da categoria. Até o dia 18 de março, os dirigentes das unidades regionais do Sindicato terão a responsabilidade de discutir com os professores as propostas apresentadas pelo governo.

Também foi aprovado que, caso o Legislativo estadual coloque a Medida Provisória 198/2015 em votação, os professores iniciarão a greve no mesmo instante, sem necessidade de Assembleia da categoria. Outra ação que deverá ser mantida é a mobilização dos professores nas terças-feiras na Alesc, quando são realizadas as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, onde tramita neste momento a MP 198/15. Caberá à executiva estadual do Sinte/SC decidir a forma como estas manifestações serão conduzidas.

Regionais

Durante a Assembleia Geral do Sinte/SC, nesta tarde (10), um representante de cada uma das 30 regionais do Sindicato pôde se manifestar a respeito do apoio ao não à greve. A divergência de opiniões foi expressiva em relação ao posicionamento de cada dirigente no que diz respeito à paralisação das atividades.

Secretaria de Educação

Logo após saber da decisão tomada pela Assembleia Geral do Sinte/SC, o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, afirmou durante entrevista, que mantém aberto o canal de comunicação com os professores da rede estadual de ensino. “Ouvimos muito a categoria durante 14 reuniões envolvendo as escolas das regionais e continuaremos o diálogo com os professores”, afirma.

Sobre a decisão de os professores ministrarem aulas de 30 minutos, Deschamps afirmou que a medida fere as legislações estadual e federal, e vai contra a aprendizagem dos alunos. O



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

secretário ressaltou que serão tomadas as medidas administrativas cabíveis, e o próprio Ministério Público poderá intervir a pedido dos pais que identificarem prejuízo ao aprendizado dos filhos.

Uma nova reunião deverá ser realizada entre o grupo de trabalho criado para negociar a pauta do magistério, formado por uma equipe técnica da Secretaria de Educação e representantes do Sindicato. “Vamos apresentar o impacto das propostas sugeridas por eles e, na sequência, mostrar as propostas e sugestões que surgiram nos roteiros pelo interior e que já começamos a incorporar”, disse Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 11/03/2015
Assunto: Negociações		Página: Online

[PeloEstado]

Mobilização e aulas de 30 minutos

Os professores da rede pública estadual decidiram ontem, em Florianópolis, em assembleia geral, por um "calendário de greve" e aulas de 30 minutos. Nova reunião estadual está marcada para o dia 24. Até lá, a ideia é manter mobilização nas regionais e vigília, às terças-feiras, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Legislativo estadual. Objetivo é barrar a aprovação da Medida Provisória (MP) 198/2015, que estabelece os salários dos professores temporários (ACTs). A greve imediata está descartada por uma categoria que se mostrou dividida. Enquanto alguns representantes regionais, como Grande Florianópolis e Criciúma, defenderam a paralisação, outros, de regiões como Blumenau, Lages, Chapecó e Xanxerê, manifestaram a necessidade de cautela. Apesar de o governo segurar a tramitação da MP, os professores estão céticos. "Não acreditamos na Assembleia ou no governo e vamos continuar vigilantes", afirmou o presidente do Sinte-SC, Luiz Carlos Vieira. Ele deixou claro que qualquer movimento do governo no sentido de aprovar a MP será o estopim para a greve. Assim que soube da decisão da assembleia, o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, comentou que venceu o bom senso: "A categoria entende que uma paralisação nesse momento, em que o diálogo está tão aberto é prejudicial para os estudantes. Vamos manter as negociações". Ao ser questionado sobre os baixos reajustes, Deschamps exemplificou com os avanços no salário de um professor com licenciatura plena, que era de R\$ 1,6 mil em 2010, passa um pouco de R\$ 2,5 mil atualmente e, com a nova carreira, chegará a R\$ 3,7 mil. Deschamps fez um alerta sobre a decisão de aulas de 30 minutos. Disse que fere legislação federal. "A Secretaria vai tomar as medidas cabíveis e o próprio Ministério Público pode ser acionado pelos pais." Hoje pela manhã o secretário estará na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.